

Editorial

Maria Vieira Silva¹

Leonice Matilde Richter²

A relação entre a organização social, o sistema carcerário no Brasil e a educação é um tema que enfrentou historicamente desafios para se constituir em ponto de pauta, seja no contexto das políticas públicas, no debate acadêmico ou na sociedade em geral. No que se refere ao direito à educação das pessoas em situação de privação de liberdade, o debate se complexifica ainda mais uma vez que, de forma recorrente, no imaginário social, a temática é eivada de resistências e preconceitos demandando a necessária defesa e compreensão social da educação como um direito, como possibilidade de ressocialização dos apenados e como forma de emancipação humana..

Nesse campo de disputa vale observar os dispositivos legais que regem indireta ou indiretamente o direito à Educação no sistema penitenciário no Brasil, tais como, o Estatuto da Criança e Adolescente (BRASIL, 1990), a Resolução CNE/CEB nº 02, de 19 de maio de 2010 que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos

¹ Presidente da Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas com estágio de pós-doutorado realizado no *Centre de Recherches Sociologiques et Politiques* de Paris – Université Paris VIII. Professora Titular de Políticas e Gestão da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Coordenadora do Grupo de Pesquisa *Polis*, Políticas Educação e Cidadania – UFU. Diretora de Formação e Desenvolvimento da Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE. Membro do Grupo de Trabalho Estado e Políticas Educacionais da ANPED e membro do Centro de Estudos Educação e Sociedade - CEDES. *E-mail:* mvieiraufu@ufu.br

² Presidente adjunta da Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, com estágio doutoral CAPES realizado na Universidade do Minho, sob a supervisão do Prof. Almerindo Janela. Professora Adjunta de Políticas e Gestão da Educação do Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia. Coordenadora adjunta do Grupo de Pesquisa *Polis*, Políticas Educação e Cidadania – UFU. Membro da Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE e do Centro de Estudos Educação e Sociedade - CEDES. *E-mail:* leonice@ufu.br

em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais (BRASIL, 2010) e o Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011 que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (BRASIL, 2011).

O contexto político atual do país, no qual o sistema prisional tem sido destacado de forma recorrente nas mídias e discursos políticos, como na campanha presidência de 2018 e consequente eleição do atual Presidente República Federativa do Brasil Jair Messias Bolsonaro (Partido Social Liberal) a garantia de espaços de debate, apresentação de dados e estudos, parece ainda mais premente. O presente dossiê intitulado *“Políticas públicas no sistema carcerário e socioeducativo do Brasil”* dá relevo ao tema, com a organização de artigos fruto de pesquisas e análises críticas da realidade brasileira. O leitor terá acesso a um conjunto de trabalhos organizados de forma cuidadosa pelo professor Odair França de Carvalho da Universidade de Pernambuco (UPE), que tem se empenhado em contribuir com a temática em tela.

Os autores dos artigos somam contribuições decorrentes de trabalhos desenvolvidos em diferentes instituições como a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Faculdade Capivari (Fucap – Santa Catarina), Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Os artigos abordam questões conceituais, concepções e análises de políticas e realidade concernentes ao à educação no sistema prisional com destaques a assuntos como o contexto situacional dos jovens privados de liberdade; o panorama nacional da execução das medidas socioeducativas no Brasil; a docência e a prisão; as políticas públicas de garantia do direito à educação para as pessoas em privação de liberdade; a responsabilidade da universidade pública no contexto da educação em prisões e a questão da mulher no sistema prisional brasileiro.

Destarte, desejamos que este trabalho possa contribuir com o debate e desenvolvimento, e implementação de políticas públicas que promovam processos socioeducativos das pessoas privadas de liberdade com a intencionalidade de desenvolvimento humano e social.

O presente número da revista abarca, além do mencionado dossiê, três artigos da seção Demanda Contínua, o primeiro de autoria de Simone Vieira Melo Shimamoto (Universidade Federal de Uberlândia) intitulado "A concepção de trabalho escolar e a (des)politização dos sujeitos sociais a partir de Maurício Tragtenberg"; o segundo de autoria de Alberto Bive Domingos (Universidade de Moçambique) com título "A contemporaneidade da educação africana: o presente a despeito do passado e da cultura. Que perspectivas?" e o terceiro de

Klívvia de Cássia Silva Nunes e Luiz Bezerra Neto (Universidade Federal de Tocantins), no qual os autores abordam o tema "Políticas educacionais para a Educação do Campo: uma análise histórica". Faz parte também da presente edição, na seção "Relato de Experiência", o trabalho de Joiciane Aparecida de Souza, Aurélie Baudier e Patrick Raes (Haute Ecole Francisco Ferrer, Bélgica) intitulado "O acompanhamento psicopedagógico de estudantes do ensino superior na Bélgica no âmbito da disciplina 'Atividades de Integração ligadas ao Ensino Superior – AILES'".

Ressaltamos ainda que, neste número, a Revista Educação e Políticas em Debate reafirma seu trabalho em prol da internacionalização mediante a publicação de trabalhos de autores de instituições estrangeiras, tais como: Haute Ecole Francisco Ferrer – Bélgica e Universidade de Moçambique - Moçambique, além de manter seu compromisso para com o rompimento de práticas endógenas, ao viabilizar publicações de autores de instituições de diferentes regiões do país, quais sejam: Universidade Federal de Tocantins; Universidade de Pernambuco; Universidade do Estado de Santa Catarina; Faculdade Capivari (FUCAP – Santa Catarina), Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB); Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Agradecemos aos/às autores/as, revisores/as e pareceristas pelas inestimáveis contribuições.

Desejamos a todos/as uma boa leitura!